



188  
225

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Conflito de Competência nº 062401-3**

**Suscitante:** Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Estadual

**Suscitado:** Juízo de Direito da Comarca de Ouricuri

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETENCIA - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA PREPARATÓRIA. MATERIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO. COMPETENCIA PARA JULGAR A CAUTELAR INOMINDA COM PEDIDO LIMINAR. EXECUÇÃO FISCAL. COMPETENCIA DO JUIZO DA COMARCA DE OURICURI. INTELIGENCIA DOS ART. 77 E 78 DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

1 - O art. 77 do Código de Organização Judiciária do Estado, prescreve que nas Comarcas, ressalvadas as varas especializadas, a competência será comum e cumulativa. O art. 78, assim se expressa: "Compete ao Juízo de Vara Cível processar e julgar as ações de natureza cível, salvo as de competência de varas especializadas".

2 - Faz-se mister declarar que a competência para julgar o presente feito é do Juízo da comarca de Ouricuri, para onde devem ser remetidos os presentes autos.

3 - Conflito de Competência sanado. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Competência, acordam os Desembargadores componentes da Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em DAR CONHECIMENTO AO CONFLITO, dando-se como competente para apreciar o feito o Juízo de Direito da Comarca de Ouricuri, tudo na conformidade com o relatório, votos e notas taquigráficas, que ficam integrando este julgado.

Recife, 14 de dezembro de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



129  
226  
C

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Conflito de Competência nº 062401-3**

**Suscitante:** Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Estadual

**Suscitado:** Juízo de Direito da Comarca de Ouricuri

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Estadual da Capital, nos autos da Medida Cautelar Inominada, ajuizada por Hildo Antônio Siqueira & CIA LTDA, contra o Estado de Pernambuco, figurando como suscitado o Juiz de Direito da Comarca de Ouricuri, neste Estado.

A ação foi distribuída primeiramente para o Juízo de Direito da Comarca de Ouricuri, o qual embasado nas informações da parte requerente entendeu por bem em declinar da sua competência para uma das Varas da Fazenda Estadual.

O Juiz da 2ª Vara da Fazenda Estadual, para onde a Ação foi redistribuída, entende que o Juízo da Comarca de Ouricuri emitiu entendimento equivocado, pois não levou em consideração o que determina o art. 100, incisos III e IV, do CPC e que as Varas da Fazenda Estadual tem competência limitada ao território da Capital, conforme define a lei de sua criação, e que o juízo suscitado tem competência plena em sua Comarca, para decidir sobre qualquer matéria, independente da qualidade do autor ou do réu. (fls. 190).

Opina a Douta Procuradoria de Justiça, que seja declarado competente para processar e julgar a ação em questão o Juízo Suscitado. (fls. 197).

É o relatório.

Recife, 10 de dezembro de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



190  
227

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Conflito de Competência nº 062401-3**

**Suscitante:** Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Estadual

**Suscitado:** Juízo de Direito da Comarca de Ouricuri

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Entendo ter razão o Suscitante.

Compulsando os autos, as peças apresentadas são claras. O autor da ação de Cautelar Inominada Preparatória com urgente pedido liminar contra o Estado de Pernambuco, tem como fim, que o Estado de Pernambuco abstenha-se de inscrever a autora em dívida ativa, bem como CADIN, SERASA e demais órgãos de defesa de crédito relativamente aos débitos fiscais existentes, para os quais foram ofertados como caução títulos da dívida pública do Estado, e assim seja assegurado a autora a Certidão Negativa de Débito, sem a qual será afetada por prejuízos incalculáveis.

Vislumbro com evidencia que o § 1º, do artigo 31 da lei Complementar nº 19/97, que introduziu modificações na Organização Judiciária do Estado, atribuiu a competência para processar e julgar os feitos de interesse da fazenda pública Estadual, em matéria cível, tributária, administrativa, as execuções fiscais e os arrolamentos de herança jacente às Varas da fazenda Estadual, na Comarca da Capital.

Por outro lado, o art. 77 do atual Código de Organização Judiciária do Estado, Lei Complementar nº 100/2007, prescreve que nas Comarcas, ressalvadas as varas especializadas, a competência será comum e cumulativa. Ainda, o art. 78, assim se expressa: "Compete ao Juízo de Vara Cível processar e julgar as ações de natureza cível, salvo as de competência de varas especializadas".

Sendo assim, impõe-se o entendimento que aduziu o suscitante ao asseverar que as varas da fazenda Estadual tem competência limitada ao território da capital, cabendo ao douto Juiz Suscitado a competência plena em sua Comarca, para decidir sobre qualquer matéria, independente da qualidade do autor ou do réu.



191 228  
C

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Portanto, dirimindo o conflito suscitado, aponto como competente para processar e julgar o presente feito o Juízo da Vara da Comarca de Ouricuri.

É como voto.

Recife, ~~04~~ de dezembro de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**